

RELATÓRIO SÓCIO-AMBIENTAL CORPORATIVO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Márcia Mara de Oliveira Marinho¹

Rua Aristides Novis 2 - Federação
CEP: 40210-630 Salvador/BA Brasil
E-mail: marma@ufba.br

José Célio Silveira Andrade²

Av. Reitor Miguel Calmon, s/n - Vale do Canela
CEP: 40110-100 Salvador/BA Brasil
E-mail: celiosa@ufba.br

Lígia França Cardoso²

Av. Reitor Miguel Calmon, s/n - Vale do Canela
CEP: 40110-100 Salvador/BA Brasil

Mariene Salatiel¹

Rua Aristides Novis 2 - Federação
CEP: 40210-630 Salvador/BA Brasil

¹ Universidade Federal da Bahia – UFBA
Escola Politécnica
CEP: 40210-630 Salvador/BA Brasil

² Universidade Federal da Bahia - UFBA
Escola de Administração
CEP: 40110-100 Salvador/BA Brasil

Resumo:

A publicação periódica de “relatórios” ou “balanços”, chamados de Relatórios Sócio-Ambientais Corporativos (RSACs), tem sido uma prática de um crescente número de empresas. Esses relatórios têm tido formatos variados e apresentado informações com diferentes níveis de profundidade. Entende-se que esse instrumento pode se constituir em um meio para que os setores produtivos melhorem o seu padrão de desempenho ambiental e as suas práticas de relacionamento com as partes interessadas, contribuindo para a produção sustentável. Este artigo tem por objetivo apresentar uma proposta de elementos para análise de conteúdo dos RSACs baseada no conceito de Produção Sustentável e no estudo de algumas iniciativas existentes à nível nacional e internacional. A proposta apresentada fundamenta-se ainda nos resultados de uma pesquisa exploratória que analisou o conteúdo de uma amostra de relatórios publicados por empresas no Brasil.

Palavras-chave: Relatório sócio-ambiental corporativo, responsabilidade social, produção sustentável.

RELATÓRIO SÓCIO-AMBIENTAL CORPORATIVO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

I. Introdução

Nas últimas décadas, a trajetória das empresas na direção da sustentabilidade tem sido marcada pela introdução de diversos mecanismos de respostas a forças externas e internas que impulsionam as mudanças. As atitudes ambientais empresariais têm evoluído de inicialmente mais reativas para aquelas antecipativas e estratégicas, refletidas na adoção de ferramentas e mecanismos de ação mais integrados, indo ao encontro de questões de interesse dos diversos agentes sociais. Desta forma, os mecanismos de resposta adotados pelas empresas têm evoluído do estágio inicial de cumprimento da legislação e implantação de soluções de “fim-de-tubo”, para aqueles que têm como foco a prevenção da poluição, a eco-eficiência no uso dos recursos, os sistemas de gestão integrados, as parcerias com as partes interessadas, a responsabilidade e a transparência (*disclosure*) na informação social e ambiental. Esta última abordagem tem se manifestado, nos últimos anos, pelo crescente número de instrumentos com o objetivo de informar sobre as ações empresariais e seus reflexos no ambiente e sociedade, assumindo as terminologias: “Balanço Sócio-Ambiental”, “Relatório Sócio Ambiental Corporativo - RSAC” ou “Relatório de Sustentabilidade”. Estes instrumentos têm disponibilizado informações sócio-ambientais em níveis de profundidade diferentes e das mais diversas formas.

Este artigo tem por objetivo apresentar uma proposta de Critérios e Indicadores (C&Is) para a análise do conteúdo de RSACs a partir de princípios de Produção Sustentável e de resultados de uma pesquisa exploratória que objetiva conhecer o estágio atual da publicação de relatórios corporativos com conteúdos ambientais e sociais no Brasil. Esta pesquisa vem sendo conduzida no âmbito da Rede de Tecnologias Limpas da Bahia (TECLIM)¹ e tem como unidade de análise as empresas associadas ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

Partindo de uma revisão inicial de literatura sobre o tema, foram selecionados alguns esquemas e iniciativas para padronização e/ou incentivo à adoção de RSACs. Com o apoio do CEBDS, foram enviados, via e-mail, às empresas associadas a esta entidade, questionários exploratórios sobre as práticas de publicação de RSACs, junto com a solicitação de envio dos referidos relatórios. A proposta para análise de conteúdo de RSACs foi construída a partir de Princípios, Critérios e Indicadores (PC&Is) identificados na revisão de literatura, sendo submetida a um teste piloto a partir dos relatórios enviados pelas empresas pesquisadas.

Trata-se de uma proposta que contempla os C&Is relevantes aos RSACs dentro de uma abordagem da produção sustentável ou da sustentabilidade e portanto seguindo aos princípios fundamentais associados a esses conceitos.

Espera-se que esta proposta contribua para o estabelecimento de um padrão de análise de conteúdo de RSACs no Brasil. Cabe observar que o tema abordado neste artigo encontra-se em estágio inicial no Brasil, mas com crescente interesse por parte de grupos empresariais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e algumas agências governamentais de controle ambiental. Desta forma, mesmo tratando-se de uma pesquisa exploratória, deseja-se contribuir para a produção de conhecimento neste tema e para o debate sobre o uso de RSACs, questões tão importantes na atualidade, uma vez que vão ao encontro do paradigma da sustentabilidade e a alguns dos seus pressupostos de participação e direito à informação.

II. RSAC: Importância, conteúdo e algumas iniciativas existentes

O uso de relatórios ou balanços periódicos para apresentar aos acionistas, clientes e investidores informações relativas ao desempenho financeiro das empresas, já é uma prática institucionalizada no meio empresarial. Muitas empresas publicam anualmente e remetem os referidos balanços para as partes interessadas ou tornam públicas as informações em jornais de grande circulação.

No entanto, o aumento da proporção dos problemas ambientais nos níveis local, regional e global e a incapacidade das estruturas governamentais de sozinhas, encontrarem soluções para estes problemas, têm levado ao aumento de pressões, por parte de diversos segmentos da sociedade, incluindo aí as entidades ambientalistas e os consumidores, dentre outros, para que as empresas assumam papéis cada vez mais pró-ativos na proteção ambiental e exerçam a sua responsabilidade social. Aliado a isso, os atores sociais com interesse nos negócios das empresas, a exemplo das agências financeiras, seguradoras, acionistas, empregados e clientes, têm se preocupado cada vez mais com a repercussão das ações das empresas que impactam negativamente o meio ambiente e seus reflexos nos negócios das mesmas. Além disso, percebe-se que há, em diversas partes do mundo, uma tendência de aumento das demandas da sociedade por informações relativas ao estado do ambiente humano e natural e implicações das atividades produtivas no mesmo, como um reflexo de evolução das práticas democráticas, de desenvolvimento e de facilidade de comunicação. O RSAC pode ser considerado um indicador do “Princípio do Controle Democrático”, e direito de acesso à informação, um pré-requisito do desenvolvimento sustentável e elemento essencial para a produção sustentável (Furtado, 2002).

Nesse sentido, assim como se divulga habitualmente as demonstrações financeiras e balanços contábeis corporativos, surge a necessidade de se divulgar as posturas sociais e ambientais das empresas. E para essa demonstração pública da responsabilidade, o RSAC torna-se um eficaz veículo de comunicação e aproximação dos setores produtivos com partes interessadas. A elaboração de RSAC tem sido uma prática cada vez mais adotada entre as grandes empresas. Segundo Line, Hawley e Krut (2002), em 2001, das 100 maiores empresas do mundo, cerca de 44% produziam relatórios sociais e ambientais periódicos. No entanto, apesar da predominância de empresas grandes, de maior visibilidade e com atuação internacional, outras empresas de menor porte ou que atuam em níveis regional e nacional também têm adotado esta prática de produzir relatórios com conteúdos sociais e ambientais.

A prática da publicação de relatórios sociais, em particular, surgiu em meados de 1960 nos Estados Unidos da América em resposta a movimentos pela responsabilidade social nas empresas, mas foi na França, em 1977, que se tornou obrigatória à prestação de contas à população (Lei nº 77.769 de 12 de julho de 1977). Outro exemplo é o de Portugal que em 1985 torna obrigatória a apresentação do balanço social para empresas com mais de 100 empregados (Lei nº 141) (ETHOS, 2001).

No Brasil, após duas décadas de discussão do assunto, o primeiro balanço social surge em 1984 publicado pela Nitrofértil. Diversos fatores contribuíram para o amadurecimento desta idéia como os programas de patrocínio cultural e esportivo de multinacionais, a cobrança das agências financeiras e preservacionistas internacionais para que as empresas públicas de energia elétrica reduzam o impacto ambiental provocado pelas inundações para formação de lagos, e a Campanha Contra a Miséria e a Fome pela Vida que mobilizou empresas públicas e privadas no país na primeira metade da década de 90 (SUCUPIRA, 1999).

Pode-se então afirmar que a publicação de informações ambientais e sociais é uma estratégia de comunicação crescente adotada por corporações nacionais e internacionais, em resposta à crescente demanda e interesse de consumidores e demais partes interessada nestas informações. Porém, para que o balanço social exerça com êxito sua função é preciso que ele seja claro, simples e de natureza quantitativa e qualitativa. Para auxiliar as empresas na formulação de seus relatórios surgiram algumas iniciativas que definem Princípios, Critérios e Indicadores (PC&Is) comuns a serem adotados pelas empresas em todo o mundo.

Como argumenta Ross e Rowan-Robinson (1997) a publicação de informações ambientais pelas empresas as submeteria ao escrutínio da população, levando as mesmas a assumirem mais adequadamente as suas responsabilidades para com a sociedade e dividindo, desta forma, a sua responsabilidade pela proteção ambiental. Entende-se ainda que este instrumento

não é um fim em si mesmo, mas um meio de levar as empresas a melhorarem o seu desempenho ambiental e as suas práticas de relacionamento com as partes interessadas. Isso por que uma sociedade bem informada torna-se um veículo de estímulo e pressão às mudanças. Além disso, a divulgação de informações favorece os mecanismos de controle social que levariam à inovação em todos os sentidos. A vantagem da adoção deste instrumento é que ele pode se caracterizar como um veículo de mudança de cultura levando as empresas a se tornarem mais interessadas em demonstrar a sua responsabilidade sócio-ambiental e, por conseqüência, internalizarem este papel. Dito isto, no entanto, para que estas mudanças aconteçam, faz-se necessário que este instrumento seja usado de forma adequada pelas corporações, o que está relacionado com questões de conteúdo e forma dos relatórios tornados públicos.

A questão do conteúdo também está relacionada como o público alvo e suas demandas específicas de informações. Hoje, existem várias terminologias sendo utilizadas para os relatórios que traduzem também o foco e conteúdo dos mesmos. Uma versão que inclui dados ambientais é comumente chamada de “Relatório Ambiental Corporativo”, ou, como é conhecido internacionalmente, CER (*Corporate Environmental Reporting*). Já os termos “Balanço Sócio-Ambiental” e RSAC, pressupõem a existência de dados relativos às ações sociais e ambientais das empresas, sendo que o termo “balanço” tem uma conotação de dados quantitativos.

O “Relatório de Sustentabilidade” é uma definição mais recente que traduz um conteúdo mais avançado de *reporting* onde princípios relacionados com o conceito de sustentabilidade tais como: a necessidade de prestação de contas à sociedade (*accountability*); de transparência e participação; abordagem integrada e ampla dos aspectos sociais, econômicos e ambientais; desempenho e uso sustentável dos recursos; eco-eficiência e prevenção da poluição etc, teriam que ser necessariamente contemplados. O paradigma da sustentabilidade, como abordado por Furtado (2002) propõe uma re-orientação da produção, mudando do enfoque do controle convencional de poluição e manejo de resíduos (fim-de tubo) para a ecologia industrial, onde seria contemplados aspectos como: fluxo de materiais; foco no produto e sua importância econômica e social; a legislação como um fator impulsionador da melhoria tecnológica etc.

O conteúdo dos relatórios também é caracterizados como “estágios” em termos de atendimento aos interesses da sociedade em geral. Desta forma, uma classificação adotada pela empresa *Sustainability*, que realizou estudo para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP/ Sustainability, 1996a) varia de: **Estágio 1:** Publicação de “folders verdes”, vídeos ou declarações curtas sobre intenções ambientais nos relatório financeiro

anual; **Estágio 2:** Um único relatório, geralmente quando a empresa elabora a sua primeira política ambiental; **Estágio 3:** Relatório anual somente ligado à implantação de um Sistema de Gestão Ambiental, com descrição do sistema e mais textos do que gráficos; **Estágio 4:** Relatório anual amplo com dados anuais de emissões tóxicas, *inputs* e *outputs*; **Estágio 5:** Relatório de Sustentabilidade, com informações sociais, econômicas e ambientais apresentadas de forma integrada, dados quantitativos de desempenho ambiental, uso de indicadores de sustentabilidade e intenção de “prestação de contas”.

Observa-se ainda que o conteúdo do relatório pode variar: a) de um formato apenas **descritivo**; b) **quantitativo**, no caso de serem apresentados dados numéricos e uso de indicadores e gráficos e c) **comparativos**, demonstrando quantitativa e qualitativamente a evolução do desempenho (ambiental, social) e a eco-eficiência numa perspectiva temporal, levando em consideração as leis e regulações existentes e comparando com dados setoriais, numa prática de *benchmarking*. A prática de comparações torna o conteúdo do relatório mais consistente para os leitores que podem ter uma melhor idéia de desempenho da empresa em relação a seus pares. Acredita-se, que o uso de *benchmarking* é uma tendência na prática deste instrumento.

Uma outra perspectiva é a verificação. Trata-se de assegurar que o conteúdo do relatório foi avaliado (verificado) por entidades ou profissionais que possuam credibilidade. Em algumas partes do mundo desenvolvido, algumas empresas privadas e profissionais com reconhecimento na área ambiental têm atuado como “verificadores”. No entanto este tema ainda é passível de discussão e muitas questões se colocam sobre o uso de um verificador para atestar a qualidade de um relatório social e ambiental corporativo, tais como: Quem pode garantir a confiabilidade da entidade ou do profissional? Que critérios seriam adotados para a avaliação? Acredita-se que possa haver no futuro algumas iniciativas no sentido de se credenciar, através de entidades diversas, os verificadores, tal como é feito em relação aos auditores e empresas que trabalham com certificação de sistemas de gestão ambiental, tal como a ISO 14001 e de manejo florestal como o FSC (*Forest Stewardship Council*).

Ainda em relação ao conteúdo dos relatórios, o Estudo da UNEP, acima mencionado adota uma divisão que agrupa as informações nos seguintes “blocos”: a) gestão ambiental; b) *inputs* e *outputs* (recursos e emissões); c) gastos e investimentos; d) relações com partes interessadas; e) questões globais.

Além do conteúdo, uma outra questão que se coloca em relação aos relatórios sócio-ambientais é se os mesmos devem ser adotados voluntariamente pelas empresas ou se deve ter alguma regulamentação governamental assegurando a obrigatoriedade dos mesmos. Até o

momento, o mais comum é a prática voluntária da publicação de relatório ambiental ou social pelas empresas por motivações diversas. Muitos destes relatórios são estimulados por iniciativas de organizações setoriais, ONGs ou grupos de entidades que tentam incentivar a sua adoção através da sua vinculação a códigos de ética ou práticas voluntárias. Como exemplo, pode-se citar o CERES (*Coalition for Environmentally Responsible Economies*), organização sem fins lucrativos que congrega cerca de 50 entidades incluindo empresas privadas, investidores e grupos ambientalistas e sociais. Uma outra iniciativa de caráter voluntário que estimula a elaboração de relatório ambiental é o *Eco-Management and Audit Scheme* (EMAS) da União Europeia, iniciativa de terceira parte que certifica empresas que possuem um Sistema de Gestão Ambiental. No entanto, existem alguns países que possuem regulações que exigem a publicação de relatórios ambientais ou de informações específicas sobre emissão de substâncias tóxicas ou sobre o desempenho ambiental das empresas. Nos Estados Unidos e no México, por exemplo, existe legislação requerendo que as empresas informem sobre substâncias tóxicas emitidas (*Toxic Release Inventory*). Já na Dinamarca existe uma legislação que torna obrigatória a publicação de relatórios ambientais por algumas empresas e atividades industriais específicas (UNEP/Sustainability, 1996b). No Brasil, o Estado da Bahia é precursor da introdução do Balanço Ambiental através da Resolução CEPRAM 2933, de 22 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a implementação da Gestão Integrada e Responsabilidade Ambiental. Esta Resolução estabelece a apresentação de um Balanço Ambiental como um pré-requisito para a renovação da Licença de Operação de empreendimentos (CEPRAM, 2002).

Um último ponto de análise se refere à tentativa de “padronização” do RSAC através da proposição de “guias” que tentam estabelecer os elementos principais definindo PC&Is gerais para orientar as empresas no conteúdo dos mesmos. A justificativa para esta tentativa é a necessidade de se buscar maior uniformidade entre os documentos, facilitando comparações e comunicação entre os usuários e partes interessadas. Desta forma, algumas iniciativas se propõem a desenvolver PC&Is que traduzam o conceito de sustentabilidade, nas suas componentes sociais, ambientais e econômicas. Sem dúvida, atualmente a iniciativa que mais se destaca com este propósito, a nível internacional, é a *Global Reporting Initiative* (GRI). O GRI é uma iniciativa de abrangência internacional cuja missão é desenvolver e disseminar diretrizes para o desenvolvimento do relatório sócio-ambiental com foco na sustentabilidade, para o seu uso voluntário pelas organizações que fazem a publicação das performances econômicas, ambientais e sociais das suas atividades, produtos e serviços (GRI, 2000). A

proposta do GRI possui um conteúdo abrangente e será comentada posteriormente nesse artigo.

III. Conteúdo de RSACs segundo a Abordagem da Produção Sustentável

III.1 Definindo Produção Sustentável

O conceito de produção sustentável que se enquadra dentro do paradigma da sustentabilidade, surgiu na segunda Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 e foi diretamente relacionado com desenvolvimento sustentável. O Lowell Center for Sustainable Production (LCSP), University of Massachusetts Lowell define Produção Sustentável como:

Produção e serviços usando processos e sistemas que não poluam, conservem energia e recursos naturais, sejam economicamente viáveis, seguros e saudáveis para os empregados, comunidades e consumidores, recompense socialmente os trabalhadores e estimule a sua criatividade. [tradução do autor] (Veleva e Ellenbecker, 2001, p.520)

Nesta definição estão contempladas as dimensões ambientais, econômicas e sociais, elementos essenciais para o conteúdo dos RSAC. Para atendimento a estes três aspectos devem ser observados os seguintes princípios: conservação de energia e materiais; produtos/serviços e embalagens seguros e ecologicamente corretos ao longo do seu ciclo de vida; eliminação, redução ou reciclagem de resíduos e produtos ecologicamente incorretos; eliminação de substâncias químicas, agentes físicos, tecnologias e procedimentos de trabalho que apresentem perigo para o meio ambiente natural e humano; justiça social e desenvolvimento, performance econômica, segurança e saúde ocupacional; respeito às comunidades próximas da empresa que devem ser desenvolvidas economicamente, socialmente e culturalmente, processo participativo de avaliação contínua e melhorias (Veleva e Ellenbecker, 2001).

Para a verificação do atendimento ao conceito e aos princípios da produção sustentável, e considerando que “balanço” tem uma conotação de dados quantitativos, é importante para as organizações a utilização de indicadores como ferramenta de medida que permitirá a quantificação dos dados. Estes devem considerar as dimensões do desenvolvimento sustentável para que possam mostrar informações sobre as condições ambientais, econômicas e sociais, permitam o estabelecimento de objetivos e metas na busca da sustentabilidade, assim como comparação com outras organizações e setores (*benchmarking*).

A inserção de indicadores de produção sustentável não é um processo estático, mas sim um processo contínuo para estabelecer metas e medidas de performance. Veleva e outros (2001) propõem cinco níveis para a construção da matriz de indicadores nas empresas, que se iniciam pela organização de indicadores já existentes, normalmente voltados para especificações e regulamentações, evoluindo para indicadores de produtividade (uso de materiais e energia), em terceiro nível os indicadores de impactos das instalações, em seguida indicadores que medem os impactos causados pelos fornecedores e pela distribuição do produto e por fim, no quinto nível os indicadores de sustentabilidade.

A utilização de indicadores fará com que as organizações possam atender aos Estágios 4 e 5, citados anteriormente, e adotados pela empresa *Sustainability*, considerados como estágios mais avançados para publicação de relatórios no que se refere ao atendimento dos interesses das partes interessadas. Veleva e Ellenbecker (2001) demonstram que existe uma clara tendência de padronização de indicadores de sustentabilidade devido a crescente necessidade de investidores, comunidades e consumidores.

III.2 Elementos de um RSAC comprometido com o paradigma da sustentabilidade

Conforme discutido anteriormente neste artigo, em princípio, a publicação de relatórios periódicos pode ser considerada uma atitude socialmente e ambientalmente avançada por parte das empresas na medida em que traduz transparência e compromisso em prover às partes interessadas informações sobre a relação entre as empresas e o ambiente natural e social. No entanto, observa-se que existem diversos conteúdos, com níveis diversos de abrangência e profundidade das informações vinculadas nos relatórios sociais e ambientais atualmente publicados. Isto reflete o grau de compromisso das empresas com a produção sustentável e seus aspectos de prevenção, precaução, eco-eficiência no uso dos recursos, responsabilidade social e respeito aos diversos segmentos sociais e seus direitos.

Nesse sentido é importante discutir quais os elementos que poderiam estar contidos num RSAC de forma que o mesmo reflita os seguintes princípios: 1) Forneça ao maior número de partes interessadas, e principalmente, aqueles que representariam grupos sociais majoritários da sociedade, uma visão de como a empresa se relaciona com o seu ambiente social e natural; 2) Possibilite o entendimento do compromisso da empresa com a sustentabilidade.

Em linhas gerais, parte-se do princípio que um RSAC alinhado com os princípios da sustentabilidade deve sair de uma abordagem mais limitada e descritiva para a provisão de indicadores-chave e, na medida do possível, forneça informações quantificadas sobre o

desempenho ambiental e social da empresa. Desta forma, espera-se que o relatório forneça elementos para o leitor: a) ter um bom entendimento das características da atividade e dos impactos das empresas no ambiente social e ambiental; b) conhecer a abrangência e magnitude dos principais impactos ambientais (emissões, uso dos recursos naturais, produtos tóxicos, alterações nos ecossistemas etc); o significado destes impactos do ponto de vista da legislação (padrões e exigências legais) e seu desempenho em relação do setor produtivo do qual faz parte; c) conhecer de uma forma ética e transparente quais as ações que a empresa vem realizando para melhorar o seu desempenho ambiental interno e externo e do seu grau de compromisso com a prevenção da poluição e a eco-eficiência; d) ter uma idéia precisa das ações da empresa na esfera social e no que isto representa em termos do investimento da empresa, responsabilidade social, compromisso legal, respeito aos seus empregados e comunidades do entorno, atenção às partes interessadas e comprometimento com o futuro das diversas partes; e) perceber de uma maneira objetiva qual o grau de compromisso da empresa em relação aos seus aspectos ambientais e sociais.

Para que se atinja esses objetivos, os RSACs têm que ser elaborados dentro de uma abordagem, à medida do possível quantitativa e possibilitar comparações com outras atividades similares, com uso de indicadores de desempenho social e ambiental, e incorporando a prática de *benchmarking* no que diz respeito a esses aspectos.

III.3. Seleção e Análise de Algumas Iniciativas Existentes

Para propor os principais elementos do conteúdo do RSAC de acordo com os princípios descritos anteriormente, analisou-se algumas iniciativas à nível nacional e internacional que poderiam servir como guia chegando-se a três delas: GRI- *Global Reporting Initiative*, Instituto ETHOS - Empresas e Responsabilidade Social e IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

A iniciativa escolhida como principal guia para análise foi o GRI, de abrangência internacional e foco na sustentabilidade, e nos desempenhos: econômico, ambiental e social das atividades, produtos e serviços. Este modelo foi selecionado tendo em vista o conteúdo amplo que se observou na análise inicial dos PC&Is propostos pelo mesmo e levando em consideração que o GRI é o resultado de vários anos de discussão por uma coalizão de grupos representativos do setor produtivo, e entidades não governamentais, inclusive o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Trata-se, portanto de um guia amplo, contemplando aspectos sociais e ambientais dos produtos e serviços; cumprimento de legislação; aspectos econômicos; desempenho social, ambiental e integrado. Em relação aos critérios econômicos o GRI aborda aspectos como o lucro da empresa; investimentos em qualificação do

empregado e em educação na comunidade; geração de empregos; gastos com filantropia e doações; performance econômica de fornecedores; produtividade no trabalho; salários e benefícios; entre outros. Sugere ainda que esses dados sejam apresentados com clareza e quantitativamente.

No que diz respeito aos indicadores da performance social das empresas nota-se a preocupação com o bem estar dos funcionários no local de trabalho, sugerindo que as empresas reportem a taxa de retenção de empregados, evidência de orientação do empregado à visão da empresa e de engajamento do empregado nas decisões da empresa, ranking da empresa em pesquisas organizacionais externas e o nível de satisfação com o trabalho. Outro aspecto importante é a análise e quantificação dos investimentos na área de saúde, a não discriminação de seus funcionários, a incidência de trabalho forçado e infantil dentro da empresa e fornecedores. O GRI estimula as empresas a reportarem seus programas sociais, suas ações e metas.

Em relação ao meio ambiente, o GRI contempla a eco-eficiência, questões globais como o efeito estufa, questões das partes interessadas, fornecedores, gestão, aspectos ambientais, transporte, impacto ambiental, iniciativas, metas, uso da terra e biodiversidade, sustentabilidade. Para que o leitor perceba essa performance, o GRI solicita a apresentação de dados quantificados sobre o uso e consumo de água e os recursos hídricos que são afetadas pela empresa; emissões de gases e efluentes; produção, tipo e destinação de resíduos sólidos; quantificação do total de material usado; uso de reciclados; total de energia utilizado; quantidade de energia autoproduzida e comprada; desempenho ambiental de seus fornecedores e as iniciativas para o uso de fontes renováveis. Também propõe que o relatório apresente o uso da terra e o impacto causado em áreas protegidas.

Além deste, foram também selecionados os modelos de balanços sócio-ambientais propostos por algumas iniciativas brasileiras. Nesse sentido, foram identificadas duas iniciativas com caráter social bastante abrangente e contemplando alguns aspectos ambientais: a modelo do ETHOS e do IBASE.

O ETHOS é uma entidade que se propõe a estimular as empresas a incorporarem o conceito de responsabilidade social no cotidiano de sua gestão e, para tanto, criou o “Guia de Elaboração de Relatório e Balanço Anual”, onde são sugeridos alguns indicadores básicos de desempenho econômico, social e ambiental. (ETHOS, 2001). Embora faça uma maior abordagem da questão social, o guia do ETHOS apresenta alguns indicadores econômicos tais como: produtividade, produtos e serviços, impostos, desenvolvimento da comunidade, fornecedores, produtividade no trabalho e salários e benefícios, indicando que esses dados

devem ser reportados de forma quantitativa. No aspecto social inclui aspectos como: acidentes de trabalho, o perfil dos colaboradores, a percentagem de investimentos em educação e treinamento em relação à receita total da empresa, relações entre a maior e menor remuneração e comparação do menor salário pago pela empresa em relação ao salário mínimo vigente. Como indicadores ambientais o guia ETHOS propõe a inclusão de informações sobre: política ambiental da empresa, investimentos em projetos e programas de melhoria ambiental (valor em % em relação ao faturamento da empresa), atualização tecnológica, pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e serviços que respeitem critérios ambientais, consumo de energia e iniciativas para a utilização de fontes renováveis, quantidade anual de resíduos sólidos gerados entre outros.

Além da iniciativa do ETHOS, no Brasil também o IBASE, uma organização não-governamental, ligada à defesa dos direitos humanos e bem-estar social criou um modelo de “Balanço Social” que adota uma forma simples e se propõe a estimular empresas a divulgarem informações quantitativas sobre os aspectos econômicos e sociais da atividade. O modelo IBASE inclui aspectos tais como: segurança e saúde no trabalho, treinamento e educação, salários e benefícios, relação entre a maior e a menor remuneração na empresa, o número de empregados acima de 45 anos, de mulheres e de negros que trabalham na empresa, recursos investidos em treinamentos e cursos, etc. Possui também alguns indicadores ambientais: investimentos em monitoramento da qualidade dos resíduos, efluentes ou despoluição e gastos com a introdução de métodos não-poluentes, auditorias ambientais, programas de educação ambiental e conservação de recursos ambientais.

Em relação aos critérios econômicos, o Balanço Social do IBASE aborda lucros, produtos e serviços, patrimônio intangível, investimentos em qualificação do empregado e em educação na comunidade, geração de empregos, gastos com filantropia e doações, performance econômica de fornecedores, produtividade no trabalho, salários e benefícios, entre outros. Sugere ainda que esses dados sejam apresentados com clareza e quantitativamente.

IV. Metodologia Adotada e Análise de Dados da Pesquisa Exploratória

Com base no estudo das iniciativas acima (GSI, IBASE, ETHOS) foi elaborada uma proposta inicial de conteúdo de RSACs, contendo C&Is sociais e ambientais. Embora os aspectos econômicos sejam também essenciais no conceito de Produção Sustentável, neste momento da pesquisa, de caráter exploratório, foi dada ênfase apenas aos aspectos sociais e ambientais. Esta proposta inicial foi aplicada, através de um teste piloto, nos relatórios recebidos das empresas visando o seu aprimoramento.

IV.1 Definição da amostra e coleta de dados

Utilizou-se como amostra inicial, as empresas associadas ao CEBDS. Esta organização congrega atualmente 60 empresas de diversos setores produtivos, a sua maioria grandes empresas, incluindo empresas voltadas para o mercado externo e doméstico. Esta escolha levou em consideração o fato do CEBDS, criado em 1997, estabelecer um compromisso com o desenvolvimento sustentável e estar vinculado ao *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), entidade representativa do empresariado, atuante a nível global no estímulo à gestão ambiental, eco-eficiência e responsabilidade sócio-ambiental nas empresas. Também levou-se em conta os contatos anteriores do TECLIM com o CEBDS para intercâmbio de experiências em Produção Limpa. Desta forma, o primeiro contato com as empresas foi feito através do CEBDS que enviou para seus associados, via e-mail, uma carta de apresentação dos objetivos e metodologia da pesquisa bem como um questionário exploratório sobre os procedimentos adotados pelas mesmas com relação à publicação de RSACs. No total 12 empresas responderam os questionários e 8 delas enviaram os relatórios.

IV.2. Análise dos dados

Analisando-se os dados obtidos, observa-se que há uma grande variação dos “títulos” adotados pelas empresas para os seus RSACs. Os títulos mais adotados são: “Relatório Social”, “Relatório Ambiental” e “Balanço Social”. Estas terminologias refletem o foco dos relatórios e também relaciona-se com o público alvo a ser atingindo. De acordo com as empresas pesquisadas, os principais fatores motivadores para a publicação de RSACs são: a) o atendimento às demandas de acionistas, clientes (nacionais ou internacionais) e de outras partes interessadas (funcionários, ONGs, comunidades, entidades governamentais e fornecedores); e b) uma estratégia adotada para melhorar a imagem da empresa junto à sociedade. Quanto à publicidade dos RSACs a maioria das empresas usa a Internet, disponibilizando sem restrição os documentos enquanto que algumas delas enviam os seus relatórios somente para *stakeholders* selecionados pela própria empresa.

Os principais focos dos RSACs analisados são: a gestão ambiental e as atividades sociais. Percebe-se que a maioria dos relatórios se detêm mais nos aspectos sociais do que nos ambientais. Em particular, com relação às informações ambientais, a análise do conteúdo dos RSACs demonstra que, embora alguns dados quantitativos sobre emissões e programas ambientais sejam apresentados em uma parte dos relatórios, há uma predominância de um formato mais **descritivo** com carência de dados quantitativos e do uso de indicadores que reflitam os resultados alcançados e metas almejadas quanto ao desempenho ambiental e eco-eficiência dos processos produtivos. Além da falta de indicadores e dados quantitativos, observa-se em quase a totalidade dos RSACs a ausência de parâmetros de comparações seja à

nível dos padrões legais aplicáveis, evolução histórica dos desempenhos sociais e ambientais ou *benchmarking*, este último inexistente em todos os relatórios recebidos. Algumas informações, como a caracterização do empreendimento e o nível de impacto dos seus produtos e serviços, programas de minimização de resíduos foram precariamente tratadas nos relatórios analisados. Conforme já descrito anteriormente, estas informações são essenciais para o entendimento do leitor quanto às implicações e a relação das atividades produtivas com o meio ambiente e suas partes interessadas, demonstrando o interesse da empresa em informar sobre estes aspectos.

Analisando o conteúdo dos referidos relatórios à luz dos C&Is, propostos na seção anterior, através de um teste piloto, observa-se que alguns elementos ainda permanecem ausentes nos mesmos, tais como: a) as ações referentes ao transporte utilizado pela empresa, funcionários e fornecedores (tipo, iniciativas para melhoria da eco-eficiência etc.); b) materiais utilizados para embalagem; c) fontes de energia, ações de eco-eficiência energética e iniciativas para uso de fontes renováveis. Estes itens estão ligados ao conceito de sustentabilidade global uma vez que se relaciona com questões como efeito estufa e mudança climática (transporte, energia) e uso sustentável dos recursos (embalagem). Se o foco dos RSACs é a sustentabilidade, acredita-se que estes aspectos deveriam estar referenciados nos mesmos e a sua ausência reflete uma limitação da relação entre a atividade da empresa e estas questões globais. Observa-se ainda que alguns aspectos relativos a minorias, salários, atendimento à legislação, procedimentos quanto a fornecedores e relações da empresa com as suas partes interessadas e respostas a suas demandas estão também ausentes nas publicações recebidas.

V. Conteúdo de um RSAC: uma proposta para discussão

O Quadro 1, apresenta uma proposta de C&Is sociais e ambientais para análise de conteúdo de RSACs, resultante da pesquisa exploratória. É portanto apresentado um conjunto de C&Is relacionado com princípios considerados relevantes no conceito de Produção Sustentável tais como: a) impactos ambientais da atividade e sua cadeia produtiva, incluindo os fornecedores; b) relação com partes interessadas, bem estar dos empregados e populações vizinhas, respeito a leis, minorias e participação; c) consumo sustentável dos recursos naturais e eco-eficiência incluindo questões de interesse global; d) busca de tecnologias limpas; e) compromisso com a biodiversidade, entre outros. É essencial que estes C&Is sejam apresentados tanto quanto possível de forma quantificada demonstrando o real interesse na divulgação da informação e especificando: a situação quanto ao atendimento à legislação, situação da empresa em relação aos setores produtivos, evolução histórica dos mesmos e apresentação de programas e ações em andamento para a melhoria do desempenho social e ambiental.

Além dos itens listados no Quadro 1, chegou-se também a alguns itens de caráter geral que devem também estar contemplados na apresentação dos RSACs de forma a possibilitar maior compreensão e credibilidade nas informações. Estes itens são: a) o perfil e a caracterização da atividade (a empresa, os seus propósitos, o processo produtivo, etc.); b) declaração da alta direção e compromisso com a veracidade das informações (com a devida assinatura); c) sumário executivo do relatório; d) visão, compromissos e valores da empresa; e) indicação dos propósitos e público alvo do relatório.

Quadro 01 – Proposta de Conteúdo dos RSACs: Critérios e Indicadores Sociais e Ambientais	
Sociais	Ambientais
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificação de impactos sociais resultantes do processo produtivo e das principais atividades associadas à cadeia produtiva ▪ Principais impactos sócio-econômicos associados ao uso dos produtos e serviços ▪ Número de casos reportados de acidentes, faltas ao trabalho e taxa de ausência (incluindo os terceiros) ▪ Investimentos em prevenção de acidentes e doenças ▪ Medida de prevenção de acidentes e doenças ▪ Programas relacionados com minorias ▪ Ações e compromissos com leis e convenções internacionais relacionadas com direitos humanos, trabalho escravo, trabalho infantil, liberdade de associação e outros afins. ▪ Percentagem de mulheres em posições de gerência ▪ Relação entre o menor salário pago e o salário mínimo nacional ▪ Total de despesas com salários ▪ Relação entre o menor salário pago e o custo de vida ▪ Pensões e benefícios com saúde pagos aos empregados ▪ Investimentos sociais envolvendo empregados e comunidades (ex. saúde, educação, filantropia) ▪ Percentagem que os investimentos sociais representam em relação ao investimento total da empresa. ▪ Número e tipos de empregos gerados ▪ Evidência de participação dos empregados (decisões, lucros, etc.) ▪ Nível de satisfação dos empregados com o trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificação dos impactos ambientais associados a atividade bem como ao uso dos seus produtos e serviços. ▪ Desempenho ambiental da empresa e seus fornecedores ▪ Programas para minimização e prevenção de impactos adversos dos produtos e serviços ▪ Questões levantadas pelas partes interessadas relacionadas com as atividades da empresa e seus fornecedores ▪ Programas para atender as demandas das partes interessadas ▪ Situação da empresa com relação ao cumprimento com normas e leis nacionais e internacionais aplicáveis ▪ Situação de penalidades recebidas pelo não cumprimento de leis e normas ambientais ▪ Total de energia elétrica utilizada e sua fonte ▪ Iniciativas para uso de fontes renováveis de energia ▪ Tipo de combustível para veículo e outros usos. ▪ Programas, metas para otimização do uso de transportes da organização (de pessoal, de produtos, etc). ▪ Substâncias depletoras da camada de ozônio emitidas (CFC ou equivalente). ▪ Quantidades e tipos de emissões atmosféricas (HNx; HCl, SOx, NOx, VOC, Metais, etc) ▪ Gases-estufa emitidos e equivalentes de CO₂ ▪ Uso total de água. Fontes de água significativamente afetadas pelo uso da água pela empresa ▪ Descargas de efluentes para os corpos d' água (subterrâneas, lagos, áreas alagadas, oceanos etc). ▪ Evidências de melhoria e atendimento a padrões de qualidade da água. ▪ Investimentos ambientais com referência ao % do investimento total da empresa ▪ Evidências de ações de eco-eficiência energética (<i>benchmark</i>) ▪ Total de resíduos sólidos produzidos, tipo e destinação ▪ Resíduos retornados ao processo ou ao mercado através de reuso, reciclagem ou reprocessamento ▪ Tipo de manejo de resíduos sólidos <i>on-site</i> e <i>off-site</i> adotadas ▪ Quantidade de resíduos aterrados por tipo como definido em legislação aplicável ▪ Materiais e procedimentos relacionados com embalagens ▪ Tipo de ecossistema afetado e suas condições. Impacto em áreas protegidas (parques, APAs etc.) ▪ Quantidade de habitat preservados. Programas de restauração e proteção de espécies e ecossistemas

VI. Conclusão

Com base na análise do conteúdo de RSACs publicados por empresas no Brasil e no estudo das iniciativas existentes à nível internacional e nacional conclui-se que há a necessidade de um aprimoramento no uso desse instrumento por parte das empresas de forma a que a adoção dos mesmos possa contribuir para a produção sustentável. Este aprimoramento passa necessariamente pelo entendimento de que esses relatórios devam refletir as ações das empresas dentro dos princípios da produção sustentável e, portanto, conter informações sobre prevenção da poluição e tecnologias limpas, princípio da precaução, eco-eficiência no uso dos recursos naturais, responsabilidade social e respeito aos direitos dos diversos segmentos sociais. Este conteúdo deve estar presente nos RSACs através da apresentação de dados quantitativos baseados no uso de critérios e indicadores de desempenho ambiental e social, possibilitando comparações pelos leitores e um melhor entendimento das características das atividades produtivas e dos seus impactos sócio-ambientais. Espera-se que a proposta de C&Is sócio-ambientais para análise de conteúdo de RSACs apresentada neste artigo possa contribuir para abrir a discussão sobre o assunto com as partes interessadas e difundir a utilização deste instrumento como estratégia para a implementação da produção sustentável nas empresas.

VII. Referências

- CEPRAM, **Resolução nº 2933-Gestão Integrada e Responsabilidade Ambiental**, Salvador, 22 de fevereiro de 2002.
- FURTADO, J.S. **Responsabilidade Sócio-ambiental, Gestão das Organizações & Desenvolvimento Sustentável**, São Paulo, 29 de junho de 2002. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lcardoso@ufba.br> em 03 jul. 2002.
- GRI, **Sustainability Reporting Guidelines on Economic, Environmental and Social Performance**, Global Reporting Initiative (GRI), Boston, June 2000, 54 p.
- IBASE, **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas**. Disponível em <www.ibase.org.br>. Acesso em 25 de março de 2002.
- INSTITUTO ETHOS. **Guia de Elaboração de Relatório e Balanço Anual de Responsabilidade Social Empresarial**. Disponível em <www.ethos.org.br>. Acesso em 1º de outubro de 2001.
- LINE, M; HAWLEY, H; KRUT, R. The Development of Global Environmental and Social Reporting, **Corporate Environmental Strategies**, 9 (1), 2002, p 69-78.

ROSS, A; ROWAN-ROBINSON, J; It's Good to Talk! Environmental Information and the Greening of Industry, **Journal of Environmental Planning and Management**, 40 (1), 1997, p. 111-124.

SUCUPIRA, J.A; Ética nas Empresas e Balanço Social, **Democracia Viva** nº 6, 1999, p. 73-79.

UNEP/ SUSTAINABILITY; **The Benchmarking Survey: The second international progress report on company environmental reporting**, Engaging Stakeholders 1, UNEP/ Sustainability Ltd, 1996a.

_____; **The Case Studies: Twelve users respond to company environmental reporting**, Engaging Stakeholders 2, United Nations Environmental Programme/ Sustainability Ltd, 1996b.

VELEVA, V.; ELLENBECKER, M. Indicators of Sustainable Production: framework and methodology. **Journal of Cleaner Production**, n. 9, 2001.

_____; HART, M.; GREINER, T.; CRUMBLEY, C. Indicators of sustainable production. **Journal of Cleaner Production**, n 9, 2001. p.447-452.

¹ A Rede de Tecnologias Limpas – TECLIM é um esforço interinstitucional e interdisciplinar no sentido de modernizar o paradigma ambiental da produção industrial na Bahia, com o objetivo de divulgar o conceito de prevenção da poluição e expandir a utilização de tecnologias limpas no setor industrial do Estado da Bahia.